



ALVITO
MUNICÍPIO

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento n.º AD 14/2025

Ajuste direto

Aquisição de Serviços

Prestação de serviços na área da comunicação



Índice

Cláusula 1. ^a - Objeto
Cláusula 2. ^a - Preço base
Cláusula 3. ^a - Contrato
Cláusula 4. ^a - Prazo
Cláusula 5. ^a - Obrigações principais do prestador de serviços
Cláusula 6. ^a - Forma da prestação do serviço
Cláusula 7. ^a - Conformidade e garantia técnica
Cláusula 8. ^a - Patentes, licenças e marcas registadas
Cláusula 9. ^a – Especificações técnicas
Cláusula 10. ^a - Deveres de Informação
Cláusula 11. ^a - Trabalhadores afetos à prestação do serviço
Cláusula 12. ^a - Seguros
Cláusula 13. ^a - Objeto do dever de sigilo
Cláusula 14. ^a - Prazo do dever de sigilo
Cláusula 15. ^a - Dever de proteção de dados
Cláusula 16. ^a - Preço contratual
Cláusula 17. ^a - Revisão / atualização de preços
Cláusula 18. ^a - Condições de pagamento
Cláusula 19. ^a - Fatura eletrónica
Cláusula 20. ^a - Execução do contrato
Cláusula 21. ^a - Responsabilidades
Cláusula 22. ^a - Penalidades
Cláusula 23. ^a - Força maior
Cláusula 24. ^a - Resolução por parte do adjudicante
Cláusula 25. ^a - Resolução por parte do prestador de serviços
Cláusula 26. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual
Cláusula 27. ^a - Comunicações e notificações
Cláusula 28. ^a - Foro competente
Cláusula 29. ^a - Caução
Cláusula 30. ^a - Contagem dos prazos
Cláusula 31. ^a - Casos Omissos
Cláusula 32. ^a - Gestor do Contrato
Cláusula 33. ^a – Legislação Aplicável
Anexo I – Especificações técnicas

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal, a “prestação de serviços na área da comunicação”.

Cláusula 2.ª

Preço base

1.- No âmbito do presente procedimento, o preço máximo que a Câmara Municipal de Alvito se dispõe a pagar pela prestação de serviços, objeto do mesmo, é de **8.015,00€** (oito mil e quinze euros), valor sem IVA incluído.

2.- O preço referido no número anterior da presente cláusula, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Alvito.

3 - Para os devidos efeitos foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, solicitando uma estimativa de preço, cumprindo-se para os devidos efeitos o disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 3.ª

Contrato

1 - O contrato, que será reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - O prestador de serviços obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 4.ª

Prazo

1 - O contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo tem início no dia seguinte à sua outorga e mantem-se em vigor pelo prazo de 7 meses.

2 - O contrato só entrará em vigor a partir do momento em que é publicitado no portal dos contratos públicos, nos termos do artigo 127.º do CCP.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços, as seguintes obrigações:

- a. Obrigação de garantir um serviço de qualidade;
- b. Executar a prestação de serviços em causa, conforme a sua proposta dentro do âmbito do contrato e durante o período de vigência do mesmo;
- c. Comunicar à Câmara Municipal de Alvito qualquer ocorrência anómala resultante da execução da prestação de serviços;
- d. Garantir os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
- e. Prestar as informações que lhe sejam solicitadas pela Câmara Municipal de Alvito;
- f. Obrigação de não alterar as condições da prestação dos serviços;
- g. Obrigação de não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização da Câmara Municipal de Alvito;
- h. Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução do contrato, incluindo, entre outras e a título meramente exemplificativo, a informação prévia necessária, as circunstâncias de modo, tempo e lugar e os meios de modo a salvaguardar que os serviços serão prestados nos termos contratados, sem hiatos, falhas ou interrupções que pudessem ter sido previstas;

2 - Constituem ainda obrigações do prestador de serviços:

- a) Dar cumprimento, a todo o momento, às obrigações legais relativas aos serviços prestados, assegurando a execução dos mesmos de acordo com as melhores regras técnicas e de arte conhecidas e praticadas;
- b) Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento do cocontratante ou por este gerido em primeira linha;
- c) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
- e) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Alvito;
- f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- g) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- h) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- i) Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, técnicos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6ª

Forma da prestação do serviço

Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador dos serviços fica obrigado a manter comunicação com a Câmara Municipal de Alvito, através de interlocutor a identificar após o ato de adjudicação, cabendo-lhe a gestão corrente do contrato celebrado, devendo alertar a Câmara Municipal de Alvito de quaisquer circunstâncias anormais de execução contratual que venha a constatar.

Cláusula 7.ª

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 8.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. É da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Câmara Municipal de Alvito venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador de serviços terá de a indemnizar de todas as despesas que, em consequência, tenha de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 9ª

Especificações técnicas

As especificações técnicas relativas à presente prestação de serviços estão apresentadas no Anexo I deste Caderno de Encargos e dele faz parte integrante.

Cláusula 10.ª

Deveres de Informação

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

Cláusula 11ª

Trabalhadores afetos à prestação do serviço

- 1 - Os trabalhadores afetos à prestação de serviços cujo prazo seja superior a um ano prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
- 2 - Os trabalhadores afetos a prestação de serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da concessão.

3 - O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.

4 - O disposto nos números 1 e 2 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da prestação de serviços.

Cláusula 12.ª
Seguros

1 - É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à prestação do serviço que integram o objeto do presente procedimento.

2 - A Câmara Municipal de Alvito pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior.

Cláusula 13.ª
Objeto do dever de sigilo

1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Alvito, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.ª
Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo é ilimitado, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.ª
Dever de proteção de dados

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais,

nomeadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – Regulamento (EU) 2016/679, de 27/04.

2. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido, pelo prestador de serviços, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

3. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

4. A Câmara Municipal de Alvito, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o prestador de serviços para demonstrar o seu total cumprimento no prazo de 5 dias.

5. Caso o prestador de serviços não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a Câmara Municipal de Alvito fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do mesmo, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.

6. No caso previsto no número anterior, a Câmara Municipal de Alvito deverá compensar os custos suportados com eventuais quantias devidas ao prestador de serviços, nomeadamente através do acionamento da caução (caso esta tenha sido prestada) ou do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.

7. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do prestador de serviços, este deverá, no prazo de 10 dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à Câmara Municipal de Alvito.

8. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo ser conferida à Câmara Municipal de Alvito a possibilidade de resolução do mesmo.

9. Caso o prestador de serviços impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 5 da presente cláusula, a Câmara Municipal de Alvito poderá resolver o contrato por incumprimento muito grave do prestador de serviços.

Cláusula 16.ª

Preço contratual

1 - Pela aquisição dos serviços objetos do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações acessórias constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao prestador de serviços o preço contratual da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 - O preço referido no número anterior da presente cláusula, incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Alvito, incluindo despesas de comunicação, alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, necessários ao desenvolvimento da prestação de serviços.

Cláusula 17.ª

Revisão / atualização de preços

Os preços constantes da proposta adjudicada não serão revistos durante a vigência do respetivo contrato.

Cláusula 18.ª

Condições de pagamento

1 - O pagamento será efetuado até 30 dias após a data de emissão do respetivo documento de despesa, e desde que todas as condições definidas no presente caderno de encargos estejam integralmente cumpridas.

2 - Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

3 - Em caso de discordância, por parte da Câmara Municipal de Alvito, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 - Desde que devidamente emitidas as faturas, os pagamentos serão efetuados, preferencialmente através de transferência bancária, devendo o prestador de serviços indicar o IBAN para o efeito.

Cláusula 19.ª

Fatura eletrónica

No âmbito da execução do presente contrato, o prestador de serviços fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, a emitir faturas eletrónicas.

Clausula 20.ª
Execução do contrato

- 1 - As situações constituídas entre as partes devem ser exercidas e cumpridas de boa-fé e em conformidade com os ditames do interesse público, nos termos da lei.
- 2 - Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao prestador de serviços a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante a Câmara Municipal de Alvito.
- 3 - As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 21.ª
Responsabilidades

- 1 - O prestador de serviços responde perante a Câmara Municipal de Alvito por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos serviços objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
- 2 - Do mesmo modo, o prestador de serviços responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
- 3 - Se a Câmara Municipal de Alvito vier a ser demandada por terceiros por prejuízos causados pelo prestador de serviços, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
- 4 - Correm inteiramente por conta do prestador de serviços a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 22ª
Penalidades

- 1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Alvito pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Câmara Municipal de Alvito pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.



- b) Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Alvito tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- c) A Câmara Municipal de Alvito pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- d) - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Alvito exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 23ª
Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Cláusula 24ª

Resolução por parte do adjudicante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o incumprimento por parte do prestador de serviços, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite à Câmara Municipal de Alvito proceder à resolução do contrato, devendo para o efeitos transmitir a sua decisão por escrito.

2 - A resolução do contrato produz efeitos a partir da data que se fixar na respetiva notificação, sendo que esta data não poderá ser anterior à data da receção, pelo destinatário, da referida notificação.

3 - A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ou faltas ocorridos durante a execução do contrato.

Cláusula 25ª

Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos previstos no artigo 332º do CCP.

Cláusula 26ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 27ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 29ª

Caução

Não é obrigatória a prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 30.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 31.ª

Casos Omissos

Os casos omissos resultantes deste Caderno de Encargos serão resolvidos, pela entidade competente para autorizar a despesa, ou de acordo com o regulamentado na legislação portuguesa.

Cláusula 32.ª

Gestor do Contrato

1 - A Câmara Municipal de Alvito designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

2 - O prestador de serviços deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a Câmara Municipal de Alvito representada pelo gestor do contrato e o prestador de serviços.

3 - Para efeitos do cumprimento do exercício das funções do gestor do contrato o prestador de serviços deverá disponibilizar os contactos telefónicos e o endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 - O prestador de serviços está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 - Caso se verifiquem situações anómalas na execução do contrato e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o prestador de serviços notificado para regularização imediata das mesmas sob pena de entrar no regime de incumprimento do contrato.

Cláusula 33ª

Legislação aplicável

Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissos observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.



ANEXO I

Prestação de serviços na área da comunicação - Especificações técnicas

A Câmara Municipal de Alvito pretende o seguinte:

- Melhoria na Transparência Institucional: Garantir que informações relevantes sejam divulgadas de forma clara, acessível e tempestiva;
- Fortalecimento da Imagem da Câmara Municipal: Criar estratégias para reforçar a identidade institucional e aumentar a percepção positiva junto à população;
- Ampliação do Alcance das Ações Municipais: Utilizar diferentes plataformas (redes sociais, website, imprensa, entre outros) para maximizar a divulgação das iniciativas;
- Gestão de Crise e Relacionamento com a Imprensa: Atuar de forma estratégica na gestão de crises e no contato com os veículos de comunicação;
- Engajamento da Comunidade: Desenvolver campanhas que promovam a interação e a participação ativa dos cidadãos nas políticas públicas municipais.

Alvito, 21 de abril de 2025.

O Presidente da Câmara,